

# ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIAIS NO BAIRRO DE SANTA MÔNICA EM FUNÇÃO DA COPA DO MUNDO DE 2014

Eduardo Gaspar Chaves Cavalcanti da Silva  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE  
dudagaspar.eduardo@gmail.com.br

## RESUMO

A construção da Arena Pernambuco para a Copa do Mundo de 2014 ocasionou vários impactos nas localidades do entorno. Grande parte da população via esse evento como a possibilidade de mudança de sua condição social, através de melhorias de infraestrutura e mais oportunidade de emprego. Uma dessas localidades é a comunidade de Santa Mônica, no município de Camaragibe, a 300 metros da Arena Pernambuco. Deste modo, o objetivo desta pesquisa é analisar os impactos sociais nesta comunidade, pós-Copa do Mundo, identificando as possíveis transformações na área frente à construção da Arena e da realização deste megaevento. Para realização deste trabalho, foi necessário um levantamento bibliográfico sobre planejamento e gestão urbana, pesquisa de campo com entrevista com os moradores da área, e análise de documentos da prefeitura de Camaragibe, a fim de identificar se houve investimento na área através de políticas públicas em função da Copa do Mundo. Desta maneira, observou-se até o momento, a ausência de mecanismos e estratégias para atingir o aumento da justiça social e qualidade de vida da população.

**Palavras-chave:** Política Pública; Impacto Social; Copa do Mundo; Vulnerabilidade Social

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é demonstrar as diretrizes territoriais e suas aplicações nas questões do planejamento, gestão urbana e de melhorias infraestruturais na comunidade de Santa Mônica, no município de Camaragibe. É neste cenário, que iremos identificar as possíveis transformações na área frente a construção da Arena Pernambuco para a Copa do Mundo de 2014, que ocasionou vários impactos na localidade e no entorno. Deste modo, a pesquisa possibilitará a compreensão da realidade do território e buscará apontar os possíveis avanços e retardamentos na garantia dos direitos

socioassistenciais nas diferentes realidades, quando o desenvolvimento urbano se torna a real promoção da melhoria da qualidade de vida da população.

Com análise da dinâmica da gestão da urbana e da articulação institucional da comunidade em questão, esta pesquisa permitirá elaborar um diagnóstico das necessidades dos grupos familiares através da análise dos indicadores de Vulnerabilidade Social, além de identificar a existência dos serviços básicos, com as suas estruturas, qualidades, quantidades e funcionamento, no sentido real das políticas públicas.

Neste estudo, podemos entender que a infraestrutura é o conjunto de atividades e estruturas da economia de uma sociedade, que servem de base para o desenvolvimento de outras atividades, como: rodovias, serviço de transporte público, rede de distribuição de água e tratamento de esgoto, sistemas de transmissão de energia, entre outros. Tornando um dos principais indicadores na análise do desenvolvimento em relação ao planejamento urbano. É prescindível planejar a ação, dotando uma área com infraestrutura e equipamentos urbanos, como água, esgoto, gás, eletricidade e serviços urbanos como transporte, educação, saúde, assistência social e etc.

Para este propósito, a justificativa para a realização desta pesquisa, parte da compreensão do conceito de Vulnerabilidade Social<sup>1</sup> em relação ao processo de desenvolvimento local, através do diagnóstico Socioeconômico, pós Copa do Mundo de 2014, no Bairro de Santa Mônica em Camaragibe – PE. Devido às obras de infraestrutura para realização da Copa do Mundo de Futebol a população do bairro Santa Mônica criou uma expectativa de melhorias infraestruturais, visto que o bairro está localizado a 300 metros da Arena Pernambuco.

Para realizar essa análise, os métodos e técnicas para as coletas das informações e estratégias na investigação, a fim de identificar se houve investimentos nas áreas em entorno através de políticas públicas em função da Copa do Mundo de 2014, onde, se pretende desenvolver um arcabouço metodológico, buscando:

- Analisar os investimentos na área de estudo, através da análise do plano de Gestão do Governo Municipal da Cidade de Camaragibe e Estado de Pernambuco;
- Realizar entrevistas e diálogos com a população local;

---

1 **Vulnerabilidade Social** é formada por pessoas e lugares, que estão expostos à exclusão social, são famílias, indivíduos sozinhos, e é um termo geralmente ligado a pobreza. As pessoas que estão incluídos na vulnerabilidade social são aquelas que não tem voz onde vive, geralmente moram na rua, e depende de favores de outros. O principal conceito é que uma pessoa está em vulnerabilidade social quando ela apresenta sinais de desnutrição, condições precárias de moradia e saneamento, não possui família, não possui emprego, e esses fatores compõe o risco social, ou seja, é um cidadão, mas ele não tem os mesmos direitos e deveres dos outros. A pessoa que está nessa situação torna-se um excluído, que ocorre quando indivíduos são impossibilitados de partilhar dos bens e recursos oferecidos pela sociedade, fazendo com que essa pessoa seja abandonada e expulsa dos espaços da sociedade. (ALMEIDA. 2015, p 138)

- Levantar, descrever e mapear a localidade sobre a existência das infraestrutura para a qualidade habitacional, identificando as políticas para o fortalecimento das garantias de direito a partir das variáveis dividindo em três eixos: Dinâmica da Produção do Espaço Urbano, Políticas e Direitos Sociais.

## **O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA LÓGICA DA ESTRUTURA DAS CIDADES**

Segundo Lefebvre (2001), a cidade é um laboratório acerca da reprodução urbana, sobretudo, em sua estrutura social, onde se desenvolve as redes e as relações comerciais, bancárias, a divisão do trabalho, a política, social e econômica regulada por um Estado, com o poder centralizado. Na crítica do planejamento estrutural do Estado, como agente regulador o qual reproduz a segregação urbana, através da própria metodologia utilizada para o planejamento e do sistema articulado com outros agentes, tais como grandes empresários de diversos segmentos que impõe se sobre a sociedade, tornando o tecido urbano um espaço de diferentes classes, precarizando o direito da moradia com qualidade.

Nesse sistema urbano, cada cidade tende a se constituir em sistema fechado, acabado. A cidade conserva um caráter orgânico de comunidade, que lhe vem da aldeia, e que se traduz na organização corporativa. A vida comunitária (comportando assembleias gerais ou parciais) em nada impede as lutas de classes. Pelo contrário. Os violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra. No contexto urbano, as lutas de facções, de grupos de classes, reforçam o sentimento de pertencer. (LEFFEBVRE, 2001, p. 12).

O resultado das relações entre os seres humanos torna o espaço urbano um ambiente dinâmico, onde há grande interação entre o bem material e vida humana. Dessa forma, o Espaço passa existir e corresponder às necessidades das pessoas que convivem nela, assim o espaço se materializa e recebe vida através das várias ações que acontecem pelos habitantes existentes, criando os seus signos, a linguagem, agregando valores, atraindo o capital, além da formação de redes urbanas, em que consiste na transformação do Espaço como algo dinâmico, e a cidade por se só tivesse vida própria.

Segundo Correa (1999), o resultado da ausência de um planejamento no espaço urbano, como o da cidade, pode reproduzir a segregação, a população pobre fica sem opção e sem espaço para voz quando se refere a habitação, moradia de qualidade, acabam segregando-se aos arredores da cidade, sendo a dinâmica da produção no espaço urbano uma das principalmente características que envolvem vários contextos das problemáticas sociais, no que tange as dificuldades para os planejamentos estratégicos por parte de uma gestão pública, com a finalidade social.

As pessoas imersas nestas condições vivem desprovidas dos seus direitos civis e humanos, tornam-se parte esquecida da população, chegando ao limite da miséria humana, ocupando as ruas e sobrevivendo às custas do que a ela lhe é oferecido, ou, mendigando. Os problemas citados são

características das sociedades que adotam o modo de produção capitalista como modelo de produção dos bens necessários, contribuindo para a concentração de renda de poucos, pelas mazelas trazidas pela não redistribuição de renda, gerando as imensas desigualdades sociais que vivemos. O modelo capitalista se caracteriza:

[...]pela divisão ambígua da sociedade, quando de um lado se encontram os (as) donos (as) dos meios de produção (os/as capitalistas) e do outro os (as) trabalhadores (as), que vendem sua força de trabalho como uma mercadoria em troca de um salário que venha satisfazer suas necessidades básicas.]. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004, p.33-34.)

Segundo Galbraith (1996 p. 64), referindo-se ao capitalismo, afirma que a moderna economia de mercado além de estar comprometida com a maximização do lucro, concede a riqueza e distribui a renda de uma forma altamente desigual, socialmente adversa e também funcionalmente desequilibrada. Sendo assim, precarizando o social e ao resultado final desse sistema econômico enquanto precarismo é a exclusão social, caracterizando grande parte do espaço urbano com a paisagem de favelas e bairros miseráveis.

Deste modo, podemos entender que, sem a superação do capitalismo os direitos econômicos e sociais não chegaram a se firmar e se consolidar, principalmente nas sociedades ditas “periféricas”, (BENEVIDES, 1998, p.3).

Neste contexto, para que possamos entender os objetivos da pesquisa a questão da Vulnerabilidade Social como um conjunto de pessoas e lugares, que estão expostos à exclusão social, são famílias, indivíduos sozinhos, e é um termo geralmente ligado à pobreza. As pessoas em situação de vulnerabilidade social são aquelas que não têm voz onde vivem, e geralmente moram na rua, e/ou depende de favores de outros.

O principal elemento que caracteriza uma pessoa em situação de vulnerabilidade social é quando ela apresenta sinais de desnutrição, condições precárias de moradia e saneamento, não possui família, ou família em estado de debilidade econômica ou mental, não possui emprego, e esses fatores compõe o risco social, ou seja, é um cidadão, mas ele não tem os mesmos direitos e deveres dos outros. A pessoa que está nessa situação torna-se um indivíduo impossibilitado de compartilhar os bens e recursos produzidos/oferecidos pela sociedade.

Segundo Berring, (2007 p. 52), podemos identificar a questão social no contexto da interpretação da realidade como mediação entre as estratégias de enfrentamento adotadas pelo Estado ou pela Classe Social. Uma das formas mais frequentes e conhecidas de medir a pobreza é a linha de pobreza, definida a partir de um padrão de consumo alimentar. Dessa forma, uma pessoa é classificada como pobre se sua renda per capita não suficiente para proporcionar o acesso àquele padrão alimentar. As entidades governamentais têm adotado o valor equivalente a meio salário mínimo vigente per capita

como linha de pobreza, sem considerar a representatividade do salário mínimo ao valor real de compra em determinado tempo e local.

No entendimento de Almeida (2011 p. 137), a vulnerabilidade que coloca as pessoas em risco social tem uma dimensão muito além da carência econômica e alimentares. Outros tipos de carência como a desnutrição, condições precárias de habitação e saneamento, subemprego, subconsumo, falta de integração e suporte familiar e baixos níveis de educacionais e culturais tem a mesma importância que a econômica. Uma instituição privada ou pública que realmente deseja reduzir o percentual da população em situação de risco social deverá ter em mente essa abordagem multidimensional da vulnerabilidade e risco social.

O panorama envolve os limites das relações sociais, com a função básica para a compreensão das políticas públicas, que resultam das forças sociais contraditórias, ao planejamento dos agentes modificadores do espaço produzido. No entanto, é importante citar neste contexto, a participação social como instrumento de articulação na realização do protagonismo e nas práticas sociais através dos conselhos municipais e estaduais, fortalecendo a garantia de direitos na lógica das políticas públicas. Enquanto órgãos de controle social, a Participação Social deve avançar no exercício regular das políticas públicas, se constituindo como colaborador na instauração de um Estado efetivamente democrático e proativo. Este fator, faz com que a forma deste exercício estejam diretamente associadas a conjugação de fatores estruturais e conjunturais do processo histórico.

## **DINÂMICA ESTRUTURADORA**

Uma grande reforma urbana necessita de uma convocação da participação popular, que deve ser entendida, como exercício pleno do controle social e da cidadania, reconhecendo o estado de democrático de direitos, sobretudo, no poder de transformar a realidade na medida em que a participação passe a dialogar e negociar com a gestão pública, sobre os problemas infraestruturais e urbanos. Nesta lógica, as ações concretas como os serviços, programas, projetos e benefícios podem ser entendidas como aquilo que os governos nas suas esferas, decidem fazer e atuar frente às situações. Desta forma, os participantes dos movimentos devem manifestar suas decisões e deliberações em atos administrativos e opinativos, expressando o entendimento sobre o assunto de cunho técnico ou jurídico baseado nos indicadores sociais que pode ser identificado dentro da comunidade, por exemplo.

Para efeito de viabilidade operacional do conceito de Vulnerabilidade, reproduzimos por meio desta pesquisa, a realidade socioespacial da Localidade, onde elaboramos um Diagrama com alguns Indicadores de Vulnerabilidade Social, imprescindível para elencar uma série de fatores ou variáveis contidas na Comunidade Beira Rio, Bairro de Santa Mônica em Camaragibe – PE, possibilitando a construção de um diagnóstico social que produzirá a identificação da existência dos investimentos

infraestruturais, através de políticas públicas, em função da construção da Arena Pernambuco para a Copa do Mundo de 2014.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS ATRAVÉS DA ANÁLISE DOS INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

É importante realizar alguns questionamentos para compreender o sentido de querer mudar a cidade e promover o desenvolvimento urbano, reforçando aqui, a importância da participação social, autêntica, para o fortalecimento da garantia dos direitos. Sendo assim, identificamos inicialmente a ausência da participação da sociedade civil dialogando com a gestão pública para possíveis projetos infraestruturais na Comunidade Beira Rio Bairro de Santa Mônica maiores, carecendo de opções estratégicas e fragilizando o Controle Social.

Neste ponto, identificamos que a população do Bairro de Santa Mônica, localizada na RPA II do município de Camaragibe, vivem sobre a reincidência do fracasso da promoção da justiça social, provocada pela escassez de um planejamento durante o início das obras de mobilidade urbana em função da construção da malha viária que tornou-se a principal via de acesso a Arena Pernambuco, local onde foram sediados alguns jogos. O Bairro está localizado a 300 metros da Arena Pernambuco jogos da Copa do Mundo de 2014. Ressaltamos que a reprodução deste megaevento na localidade estudada, proporcionou uma grande miséria para quem sonhou com o futuro, surgindo a necessidade de produzir com urgência incentivos para que os segmentos dos movimentos existentes na sociedade, atuando em conjunto para mudar o cenário. Com isso:

- Verificamos que no entorno da Arena Pernambuco ainda existe uma paisagem de características rurais, onde observamos na beira do rio, a criação de alguns animais;
- Nas entrevistas, algumas pessoas relataram que foram chamados para participar de programas de qualificação social, promovida pela Construtora Odebrecht (Empresa que realizou a Construção da Arena Pernambuco), que teve como objetivo capacitar alguns moradores que chegaram a trabalhar nas obras na Arena;
- Até o momento da pesquisa, verificamos a ausência de um planejamento específico da Gestão Pública Municipal e Estadual, pautada para o desenvolvimento socioeconômico do Bairro de Santa Mônica e comunidade Beira Rio;
- Na pesquisa, conseguimos identificar o aumento da Vulnerabilidade Social na comunidade, através dos indicadores já citados, onde observamos construções e moradias irregulares próximo ao Rio Capibaribe, especulação imobiliária criada pela própria população na expectativa de possíveis investimentos na localidade e o aumento da Criminalidade com o Tráfego de Drogas e assaltos;

- Durante a pesquisa, não foram identificados equipamentos públicos na localidade, principalmente na comunidade Beira Rio, como Postos de Saúde, Escolas Municipais e Estaduais, Serviços socioassistenciais e espaço de lazer, serviços básicos como saneamento, sendo verificado também em algumas ruas e travessas o esgoto correndo a céu aberto;
- A Arena Pernambuco foi apresentada para a população como um modelo, um novo vetor de medidas socioambientais, com o uso de energia solar, reaproveitamento de água e tratamento de esgoto, uma vez que o equipamento fica muito próximo ao Rio Capibaribe. Porém a comunidade vizinha possui uma realidade totalmente paralela;
- Transporte público é precário, onde uma parada de ônibus mais próxima fica a quase 01 km da localidade;
- O Projeto da Cidade da Copa, até o momento da pesquisa não terá previsão para a sua realização, sendo motivo para o contexto antagônico entre as duas realidades; e
- A comunidade segue com as suas limitações, sendo considerada descoberta, com ausência da infraestrutura básica, de poucas oportunidades de trabalho, lazer, Segurança, saneamento e entre outros. Isso tudo a apenas 300 metros do atual marco de desenvolvimento econômico do Estado de Pernambuco.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo trouxe uma síntese preliminar dos impactos mais significativos, com a construção da Arena Pernambuco para Copa do Mundo de 2014, que incluiu o prognóstico da qualidade social e na influência, nos casos de violação de direitos com a população do Bairro de Santa Mônica e entorno. Com a hipótese de sua não implementação na função real de promover os direitos da população, consideramos os impactos socioeconômicos como negativo, devido à ausência de um planejamento estratégico para o desenvolvimento infraestrutural da localidade.

A pesquisa possibilitou o entendimento através do conceito de Vulnerabilidade a real intervenção da gestão pública, que podemos considerar como mínima, quando não há um olhar para a melhoria devido as ausências com equipamentos públicos, que garantam a qualidade de vida e minimize as desigualdades sociais, vivenciadas por várias comunidades fragmentadas socioeconomicamente.

A configuração do espaço urbano do Bairro de Santa Mônica permanece a mesma Pós Copa do Mundo, tendo como consequência a insatisfação da população, que convive com o sentimento de abandono das condições atuais da localidade pela falta de estratégias do Estado e transtornos elencados pela perspectiva de melhoria da qualidade vida. As mudanças fundamentais dos valores institucionais e do modo de vida neste contexto são visíveis. Para chegar a este propósito, é necessário somar forças

baseada no respeito nos direitos humanos e ambientais, e quando as nossas necessidades básicas forem atingidas, trabalharemos melhor as funções do ser, e não do ter.

Contudo, não se pode esquecer que a população deve ser o foco do planejamento e suas indagações devem ser verificadas. Neste sentido, quais serão as alternativas para promover o desenvolvimento socioeconômico local? Portanto, é da melhoria em qualidade de vida que a população deseja ser atendida em projetos realizados pela Gestão Pública, para que a realidade distinta da que os circunda venha posteriormente gerar benefícios para a População.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lutiane Queiroz de. **Riscos ambientais e vulnerabilidades nas cidades brasileiras: Conceitos, metodologias e aplicações.** Editora Cultura Acadêmica, São Paulo, 2012.
- BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História.** Cortez 3 edição. São Paulo, 2007.
- BENEVIDES, Maria Victória. **A questão social no Brasil: os direitos econômicos sociais como direitos fundamentais.** Disponível em: <<http://www.hottopos.com/vdlettras3/vitoria.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2015.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 4ª edição. São Paulo: Ática, 1999.
- GALBRAITH, John Kenneth. **A sociedade Justa, Uma Perspectiva Humana.** Edit. Campus Ltda. Rio de Janeiro: Campos, 1996.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.
- MARICATO, Ermínia. **Para Entender a Crise Urbana.** Editora Expressão Popular. São Paulo. 2015.
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão social, pobreza e classes sociais.** Editora: Vozes. Petrópolis, 2002.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política nacional de desenvolvimento urbano.** Brasília: Ministério das Cidades, 2004b.
- SANTOS, Joseane Soares. **Questão Social.** Particularidades no Brasil. Editora Cortez. São Paulo. 2012.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** Editora Bertrand Brasil. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Mudar a Cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à Gestão Urbanos.** Editora Bertrand Brasil, 7 ed. Rio de Janeiro, 2010.